POLÍTICA

Disputa. Com a escolha do deputado federal Alexandre Ramagem (PL) como pré-candidato à Prefeitura do Rio, novo ponto de atrito se formou entre a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e os filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A madrasta trava embate com o cabo de guerra contra o senador Flávio (PL) e o vereador Carlos (Republicanos) para decidir o vice na chapa.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fl. 647
Rubrica

MACÁRIO BATISTA

POLÍTICA

Presidente Lula sanciona prorrogação de incentivos da Sudene

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 14.753/23, que prorroga os incentivos fiscais da Sudene e da Sudam até 31 de dezembro de 2028. A nova legislação foi publicada no Diário Oficial desta quinta-feira (13) e altera a Medida Provisória 2.199-14/01, que prevê os incentivos até 31 de dezembro deste ano. "Essa é uma questão fundamental para a nossa região, que ainda tem desigualdades. Não há equidade de oportunidades para quem mora aqui e quem mora em outras regiões, notadamente, no Sul e no Sudeste, e nós precisamos garantir uma atratividade para quem quer empreender na nossa região. Os incentivos funcionam para atrair empresas para os 11 estados da nossa área de abrangência, gerando emprego, renda e oportunidades para nossa população", destacou o superintendente da Sudene, Danilo Cabral, na 32ª Reunião do Conselho Deliberativo, realizada em Recife. Em 2023, até hoje, a Sudene aprovou 473 de pleitos de incentivos fiscais para empreendimentos em sua área de atuação. Isso representou investimentos da ordem de R$ 23,2 bilhões. Foram garantidos mais de 261 mil empregos diretos e indiretos. De acordo com Danilo Cabral, manter a política de benefícios fiscais para a região também é fundamental para melhorar a competitividade do Nordeste, dando oportunidade de atrair investimentos e, a partir disso, reduzir as desigualdades regionais. Entre os anos de 2013 e 2022, foram registrados R$ 268 bilhões em investimentos pelas empresas nos 11 estados da área de atuação da Sudene a partir da aprovação de incentivos fiscais pela Autarquia. "Para cada real de renúncia fiscal, nós registramos R$ 5,92 em investimentos nesse período", frisou Danilo Cabral. Às empresas beneficiadas com os incentivos fiscais conseguem a redução de 75% no Imposto de Renda (IR) calculado com base no lucro. Entre outros pontos, a legislação permite ainda a retenção de 30% do IR devido como depósito para reinvestimento, medida que serve de estímulo aos projetos de modernização ou compra de equipamentos.

Frase: **"Geralmente não agravo a coluna - O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) viajou à Argentina no início de dezembro de 2023 para participar da posse do novo presidente do país, Javier Milei. Por conta disso, publicações visualizadas mais de 900 mil vezes desde o último 6 de dezembro apontam que um vídeo em que Bolsonaro é ovacionado em um auditório foi gravado em Buenos Aires. Contudo, a gravação foi feita em agosto de 2022 durante o Encontro Nacional do Agro, em Brasília, como confirmou à AFP a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), organizadora do evento. Estava lá. Não vi a manifestação porque não houve a manifestação. Por isso não foi noticia".**

FOTO DIVULGAÇÃO

A Serra Grande é cearense. Ontem, neste espaço, na cabeça da coluna, pus a claro uma matéria meio lá, meio cá, escrita por um senhor de Santos, praia de São Paulo, metendo o bedelho dele no mal-estar que o Piauí provoca, dizendo que metade do Ceará produtivo é dele. Uma cara medonha de matéria encomendada, pra não dizer, paga. Se não for, perdoem. Pois a Procuradoria Geral do Ceará, respondeu: "O que diz o Ceará - A Procuradoria-Geral do Estado do Ceará, que está à frente da defesa do Estado na ação de litígio, argumenta, com base na análise de documentos, que o decreto de 1880 delimitou apenas duas áreas (Amarração e Príncipe Imperial) que foram trocadas pelo Ceará e o Piauí, e não a divisa integral das duas províncias, "permanecendo, desse modo, a Serra da Ibiapaba em território cearense". Nosso Patativa ensinava... cante lá que canto cá.

Ceará é o terceiro

Dados da Serasa Experian mostram que, em agosto, o Nordeste do país registrou 57.631 novas empresas. O estado da Bahia teve o destaque com a maioria das aberturas (15.816). O Ceará empregou 9.997 trabalhadores.

Mais informações de Macário Batista:
e-mail: macariobatista@uol.com.br

macariobatista.blogspot.com

Governo deve recorrer ao STF contra marco temporal

Afirmação é da ministra dos Povos Indígenas após o Congresso derrubar veto de Lula à lei que estabelece tempo para demarcação de terras indígenas

FOTO CÂMARA DOS DEPUTADOS

Bancada ruralista, que saiu vitoriosa, pretende mudar a Constituição caso a decisão seja judicializada

O Governo Federal deve entrar com pedido para que o Supremo Tribunal Federal (STF) analise o caso em que o Congresso Nacional (reunião dos deputados federais e senadores) derrubou o veto do presidente Lula (PT) à tese do marco temporal. A informação foi confirmada pela ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, nessa quinta-feira (14) logo após a decisão do Poder Legislativo, que representou vitória da bancada ruralista.

"Essa decisão vai totalmente na contramão dos acordos climáticos que o Brasil vem construindo globalmente no atual governo do presidente Lula para o enfrentamento à questão da emergência climática que também coloca em risco os direitos e as proteções dos territórios indígenas e de suas populações. O Ministério dos Povos Indígenas vai acionar a Advocacia-Geral da União [AGU] para dar entrada no STF a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade a fim de garantir que a decisão já tomada pela alta Corte seja preservada, assim como os direitos dos povos originários", declarou a ministra.

O argumento adotado deverá ser de inconstitucionalidade da tese do marco temporal. Anteriormente, a AGU já havia se manifestado nesse sentido, quando embasou o veto de Lula. "Se judicializarem, nós vamos trabalhar para ganhar de novo. Eu acho que você ter a votação que nós tivemos, será que é preciso judicializar? No Senado, 53 votos, na Câmara, 321. Mostrou que essa Casa, que legisla, quer o marco temporal. Isso precisa ser respeitado", disse a senadora Tereza Cristina (PP/MS), que foi ministra da Agricultura de Jair Bolsonaro (PL).

Já o presidente da bancada ruralista, Pedro Lupion (PP/PR), afirmou que o resultado foi "uma vitória estrondosa" e que o placar indica quórum para o Congresso alterar a Constituição e afastar a tese de março temporal. Portanto, se o Supremo avançar nessa discussão novamente, os ruralistas pretendem aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). "Não tenho dúvidas de que haverá questionamentos, mas temos força para colocar isso na Constituição e encerrar essa discussão. Isso foi o mais importante da votação", declarou Lupion.

A tese do marco temporal é defendida pela bancada ruralista e determina que devem ser demarcados os territórios considerando a ocupação indígena em 1988, na data da promulgação da Constituição Federal. A proposta é criticada como inconstitucional pelos indígenas, que argumentam que o direito às terras é anterior à criação do Estado brasileiro e que, portanto, não pode estar restrito a um ponto temporal.

Em reação, a bancada ruralista no Congresso aprovou projeto de lei que instituiu na legislação o marco, que foi vetado por Lula, e depois derrubado, nessa quinta-feira, pelos parlamentares da Câmara e do Senado.

Agora, a intenção da bancada ruralista é aprovar a PEC. A lógica é a de que, se o STF deve seguir a Constituição nas análises, ao inserir o marco na Constituição, os ministros devem seguir a tese nas decisões.

A articulação contra o marco integra também uma ofensiva maior do Congresso, impulsionada pela oposição e pelos ruralistas, contra julgamentos do Supremo, movimento iniciado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG).

MAIS CONTEÚDO ACESSE
www.oestadoce.com.br

Dino pretende ficar no MJ até escolha de substituto

O ministro Flávio Dino, recém-aprovado pelo Senado para integrar o Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou nessa quinta-feira (14) que a posse dele ocorrerá em fevereiro de 2024. Ele pretende continuar nas próximas semanas no Ministério da Justiça, até que o presidente Lula (PT) escolha o novo titular.

Ontem, Dino esteve no Supremo, onde se reuniu com o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, e com Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin. "Começamos a tratar dos detalhes práticos destinados à posse que ocorrerá na segunda quinzena de fevereiro, provavelmente no dia 22, porque haverá o recesso no Judiciário e eu tenho que fazer processo de transição relativo ao Ministério da Justiça, que depende das orientações e determinações do presidente da República", disse.

"É certo que é necessário período, pela delicadeza dos trabalhos do Ministério da Justiça, que haja momento em que nova equipe possa se instalar e dar continuidade aos temas que são conduzidos", afirmou Dino.

No Senado, ele recebeu 47 votos a favor e 31 contra, com duas abstenções. No mesmo dia, foi aprovado o nome indicado por Lula à Procuradoria-Geral da República (PGR), Paulo Gonet, com 65 votos a favor, 11 contrários e uma abstenção.